NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 08/08/2013 - Edição 873

Trabalhadores do transporte de valores paralisam atividades

A categoria alega que não recebe o salário há 98 dias. O sindicato patronal nega a informação. Caixas estão sem abastecimento

Em resposta ao desrespeito dos patrões, vigilantes do Espírito Santo voltam a cruzar os braços.

Os trabalhadores do transporte de valores do Espírito Santo paralisaram as atividades. O movimento começou nesta terça-feira (6). Segundo eles, não há circulação de carros-fortes no Estado. A categoria alega que não recebe o salário há 97 dias. Os funcionários fazem piquete em frente as empresas Brinks e Prosegur na Grande Vitória. No primeiro semestre deste ano, eles ficaram em greve por 66 dias.

De acordo com o diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte de Valores(Sindifortes), Rodrigo Ramos Lube, os carros-fortes não vão voltar a circular até as empresas pagarem os salários dos funcionários. Ele afirmou que o movimento não foi organizado pelo sindicato e partiu dos próprios trabalhadores.

"As empresas não querem conversar. Elas marcaram uma reunião com o sindicato para esta terça-feira na parte da tarde, mas desmarcaram pela manhã. Os trabalhadores estão prejudicados sem receber o salário. Não tem como sustentar as suas famílias", disse.

Em julho deste ano a Justiça determinou um reajuste salarial de 12%, tíquete alimentação no valor de R$ 21 e o pagamento dos dias parados durante a greve.

Nesta quarta-feira (07), o sindicato da categoria entrou com um pedido para cumprimento da sentença. Eles afirmaram que só vão retomar ao trabalho após o pagamento ser efetuado por parte das empresas.

Fala CNTV

Assim como ocorreu durante a greve que durou 66 dias, a CNTV reitera total apoio à luta dos trabalhadores de transporte de valores. A categoria continuará mobilizada e lutando contra a postura arrogante das empresas, que insistem em descumprir a decisão judicial.

A CNTV denunciará as empresas tanto nacional quanto internacionalmente. No primeiro semestre, sindicalistas de todo o mundo assinaram um documento manifestando apoio à paralisação e luta dos companheiros capixabas.

Fonte: CNTV com Rádio CBN Vitória

Sinvac vai à Justiça buscar direitos

Mais uma vez, sobra para os vigilantes a sensação de impunidade. Pois novamente os patrões ignoram esta grande conquista, que é um dos sonhos da categoria: a Sumula 444, que nos garante que o feriado de serviço seja pago em dobro.

O sindicato foi além da súmula que determinava somente para a escala 12x36, pois conseguimos estender esta conquista a todas as escalas. Mas para nossa surpresa mais uma vez as empresas não cumprem o que assinam na convecção.

O Sinvac Blumenau juntamente com os demais sindicatos do Estado e a FEVASC exigiram uma reunião urgente com o SINDESP (sindicato patronal) para o comprimento imediato.

E esta reunião aconteceu no dia 18/06/13, às 11 horas, em Florianópolis, da qual constaram 3 pontos de pauta cruciais exigidos no encontro.

Primeiro ponto: o cumprimento da Súmula 444 por todas as empresas de vigilância, pois não aceitaríamos mais desculpas quanto ao seu entendimento e formas de pagamentos.

Segundo ponto: exigimos o cumprimento do pagamento da periculosidade de 30% sobre as férias, que as empresas não estão pagando, descumprindo o Art. 142 da CLT, e desta forma infringindo as leis trabalhistas, conforme pode ser comprovado adiante.

Terceiro ponto: exigimos o cumprimento da convenção na integralidade por todas as empresas, com horas extras no mesmo mês em que se trabalhou e o pagamento do DSR, que apesar das ações em andamento e estar convencionado existe empresa que insiste em não pagar.

Os assuntos foram apresentados pelo presidente do Sinvac Blumenau junto com a presidência da Federação dos vigilantes, acompanhados de seus jurídicos, que protocolaram a entrega de documento ao presidente do sindicato patronal.

O Sindicato dos Vigilantes de Blumenau - SINVAC Blumenau - sempre na defesa do trabalhador, tomará todas as medidas jurídicas cabíveis para exigir o

cumprimento do Contrato Coletivo de Trabalho.

Fonte: Jornal dos vigilantes de Blumenau

Art. 142 - O empregado perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão.

§ 1º - Quando o salário for pago por hora com jornadas variáveis, apurar-se-á a média do período aquisitivo, aplicando-se o valor do salário na data da concessão das férias.

§ 2º - Quando o salário for pago por tarefa tomar-se-á por base a media da produção no período aquisitivo do direito a férias, aplicando-se o valor da remuneração da tarefa na data da concessão das férias.

§ 3º - Quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, apurar- se-á a média percebida pelo empregado nos 12 (doze) meses que precederem à concessão das férias.

§ 4º - A parte do salário paga em utilidades será computada de acordo com a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

§ 5º - Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso serão computados no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias.

§ 6º - Se, no momento das férias, o empregado não estiver percebendo o mesmo adicional do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias pagas, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos salariais supervenientes.

Amapi quer segurança desarmada durante a noite nos fóruns do Piauí

A Associação dos Magistrados Piauienses sugeriu ao Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) uma alternativa para ampliar o número de Comarcas atendidas por segurança privada.

Na proposta, a Associação sugere, diante das limitações financeiras alegadas pelo TJ-PI, a contratação de segurança armada durante o dia e desarmada à noite para todas as Comarcas. Caso a proposta seja atendida, de imediato, o número de fóruns protegidos seria ampliado de 20 para 28.

Ao concluir a licitação para contratação da empresa de segurança privada, a presidência do TJ-PI solicitou manifestação da Amapi sobre as Comarcas que deveriam receber segurança privada, bem como alternativas para ampliar o número inicial, definido pelo Tribunal, de 20 Comarcas beneficiadas, explica o presidente da Amapi, José Airton Medeiros.

O presidente da Amapi afirma que a proposta ainda não é a ideal, mas, em razão da carência de recursos, "discutimos e concluímos que a segurança armada minimizará os riscos que correm juízes, promotores, defensores, servidores, advogados, como também todos aqueles que vão aos fóruns diariamente".

Para José Airton, a contratação de segurança armada somente durante o dia, e desarmada à noite, deve ser, necessariamente, complementada por outras medidas, como a aquisição imediata de sistema eletrônico de segurança.

A segurança noturna desarmada vem sendo adotada, por exemplo, pelo Tribunal Regional Eleitoral em diversas zonas eleitorais do Piauí, onde não temos notícia de invasões e furtos, conclui José Airton Medeiros.

Em 2013, os fóruns de Demerval Lobão e Corrente foram invadidos. A lista de arrombamentos segue nos municípios de Altos, Beneditinos, Cristalândia, Curimatá, Luis Correia, Avelino Lopes, Água Branca, Regeneração, Fronteiras, Monsenhor Gil, Elesbão Veloso e São Pedro do Piauí.

Fonte: Cidade Verde

Contrato de vigilância em escolas não serão renovados em RO, diz Seduc

Secretária de Educação, Isabel Luz, afirmou que os contratos terão fim. CNTV condena a atitude criminosa do Estado de desempregar 2,5 mil trabalhadores vigilantes.

A Secretaria de Educação de Rondônia (Seduc) confirmou que não irá renovar o contrato com as empresas de vigilância que prestam serviços nas escolas públicas do estado, a partir de outubro deste ano. Os 2,5 mil vigilantes que monitoram as escolas protestaram em diversos municípios contra a medida e, pelo menos 25% da categoria já teve o contrato rescindido.

A medida, segundo a secretária da Seduc Isabel Luz, tem o objetivo de reduzir as despesas do estado em pelo menos 60%. Atualmente, os gastos com os contratos de vigilância giram em torno de R$ 57 milhões. Um outro método já está sendo analisado para monitorar e manter a segurança nas escolas.

"Há sim uma pressão por parte dos empregados que esperam por uma resposta, mas não tenho o que falar para eles. Nós contratamos um serviço, e todo serviço tem um começo e um fim", ressalta a secretária da Seduc.

De 2,5 mil trabalhadores da área, 25% já tiveram os contratos rescindidos pela Seduc. Os contratos de vigilância do estado foram feitos com três empresas que prestam serviço em 419 escolas e três prédios públicos em todo o estado. Os contratos iniciaram em 2010, a partir de uma licitação com vencimento em outubro deste ano, e a secretaria confirmou que não haverá renovação.

Levantamento de recursos e valores estão sendo realizados para a instalação de um sistema de vigilância eletrônica com câmeras nas instituições de ensino. "As escolas mesmo irão comprar as câmeras de segurança, que irão pagar este monitoramento através do recurso que elas já recebem. A secretaria dará suporte financeiro a estas escolas a medida que elas forem precisando, porque este recurso que elas recebem já é para isso, para manutenção, equipamentos", completa Isabel Luz.

De acordo com Paulo Tico Floresta, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Rondônia, a categoria não sabe como ficará a situação dos trabalhadores e não tem perspectiva de recebimento das verbas rescisórias.

Sidnei Cleiton é vigilante e faz parte da lista dos que serão demitidos, pensando nos três filhos que tem para criar, Sidnei já está a procura de um novo emprego. Sua maior preocupação é com relação a data que seu contrato será cancelado. "Meu emprego de vigilante é uma renda muito importante para mim e para minha família, ninguém pensou na gente, nos vigilantes que vão ficar sem emprego", diz Cleiton.

Fonte: Rondonotícias

Vigilantes de Niterói e região participam de ato contra o PL 4330

Vigilantes de Niterói e região saíram às ruas contra o PL 4330

Vigilantes de Niterói contra o PL 4330

Centrais Sindicais com representação no Estado do Rio realizaram nesta terça-feira, 06, um grande ato em frente à sede da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) onde uma comissão formada pelos presidentes das centrais entregou ao presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouveia, um documento onde os representantes dos trabalhadores repudiam e denunciam os prejuízos que o Projeto de Lei 4330/2004 (terceirização) trará à classe trabalhadora caso seja aprovado pelo Congresso Nacional. Diretores do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e região também participaram da manifestação com cartazes e faixas combatendo a terceirização e a precarização do trabalho.

Cerca de 1000 militantes e dirigentes sindicais saíram às ruas

Cerca de mil militantes e dirigentes sindicais participaram do evento no centro da capital. Os sindicalistas esclareceram à população transeunte e aos participantes do manifesto os malefícios do projeto de lei e como sua aprovação precarizaria as relações de trabalho. Palavras de ordem e convocação para uma invasão em Brasília na próxima semana, quando o projeto estará em pauta para votação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, foram rechaçados o tempo todos pelos dirigentes sindicais.

O PL 4330/2004 já esteve para votação outras duas vezes nos meses de junho e julho. Nas duas oportunidades, sindicalistas e trabalhadores de todo país ocuparam as galerias da Casa Legislativa que culminou com o adiamento pelos deputados das votações. Mas, os empresários já se organizam com a bancada patronal para uma nova estratégia de votação nos próximos dias 13 e 14 de agosto. Novamente, trabalhadores de todo país devem se dirigir para a capital federal e pressionar os deputados para rejeitarem a proposta que acaba com os direitos trabalhistas já conquistados e, inclusive, com o concurso público.

Uma greve geral também foi anunciada pelas centrais para o dia 30 de agosto em todo país. A iniciativa é pressionar os parlamentares para destrancar a pauta do Congresso e dar prosseguimento às reivindicações que constam na pauta dos trabalhadores como: fim do fator previdenciário, jornada de trabalho de 40 horas semanais sem redução de salários, democratização dos meios de comunicação etc.

E-mails para deputados

Os vigilantes devem entrar na luta, enviando e-mails aos deputados federais que compõem a CCJC e manifestando sua reprovação ao PL 4330.

Fonte: SVNIT

Em reunião, CNTV, Federação e Sindicatos dos Vigilantes de Santa Catarina, aprovam agenda para cobrar do ministro do Trabalho agilidade na regulamentação da Lei 12.740/12

CNTV, FEVASC e seus sindicatos filiados se reuniram nesta quarta-feira (7) para discutir assuntos de interesse da categoria.

Em reunião promovida pela Federação dos Vigilantes de Santa Catarina (Fevasc) com seus sindicatos filiados nesta quarta-feira (7), os dirigentes sindicais decidiram, juntamente com a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), cobrar do ministro do Trabalho, Manoel Dias, mais agilidade no processo de regulamentação da Lei 12.740/12.

Segundo o presidente da CNTV, José Boaventura, os vigilantes também querem que o ministro Manoel Dias seja sensível ao apelo da categoria contra as propostas patronais que visam à exclusão. “Não queremos regulamentação para excluir, e sim incluir. Não vamos aceitar que haja diferenciação entre trabalhadores armados e desarmados, nem outras propostas como remeter para laudo pericial o reconhecimento do visto”, declarou.

Os dirigentes sindicais também discutiram outros assuntos de interesse da categoria, como o PL 4330/2004, a questão do calote das empresas, a luta pela segurança dos trabalhadores da escolta armada e mais participação das entidades sindicais do Estado no dia-a-dia da CNTV.

Fonte: CNTV

Dirigentes sindicais querem agilidade na regulamentação da lei 12740/2012

Em reunião com as centrais, prefeito e vice-prefeita de Curitiba declaram apoio contra o PL 4330

O prefeito Gustavo Fruet e a vice-prefeita Mirian Gonçalves receberam, nesta segunda-feira (5), representantes das Centrais Sindicais na sede do executivo municipal. Na pauta, entre outros temas, o Projeto de Lei 4.330, também conhecido como projeto das terceirizações.

“Recebemos o apoio do prefeito Gustavo Fruet e da vice-prefeita Mirian Gonçalves para esta pauta tão importante para a classe trabalhadora. Queremos, sim, o apoio de todas as lideranças que estão engajadas com os trabalhadores e trabalhadoras para evitar este grande retrocesso que seria a aprovação do PL 4.330”, disse a presidenta da CUT-PR, Regina Cruz.

A vice-prefeita, Mirian Gonçalves, aderiu ao abaixo assinado enquanto o prefeito também se posicionou contra o projeto de lei. Na avaliação de Mirian, o projeto de lei é a “legalização da fraude”. Ela ressaltou que hoje já é possível a terceirização de serviços como, por exemplo, limpeza, manutenção, vigilância. “Outros tantos são possíveis de acordo com o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, entretanto, não é permitida a terceirização dos trabalhadores que atuam na atividade fim da empresa”, argumenta.

Mirian, que também é secretária do trabalho e advogada trabalhista, citou como exemplo os bancários. “Eles constituem a categoria profissional que atende aos clientes e fazem todo o processamento de serviço bancário. Já a limpeza, a manutenção e a vigilância são realizadas por empresas terceirizadas. A partir da PL 4330/2004 não seria mais necessária a existência de bancários, pois todo o atendimento seria feito por empregados das empresas terceirizadas sem o compromisso com qualquer tipo de progressão funcional ou manutenção dos mesmos empregados”, exemplificou.

Também participaram da reunião representantes da CTB, UGT, Força Sindical, Nova Central Sindical e CSB.

Fonte: CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF